

# TRF 3 e JF COM SIGNIFICATIVO SALDO

## ORÇAMENTO SEM DESPESAS DE PESSOAL<sup>1</sup>

Em 04 de agosto de 2013, do orçamento deste ano, havia saldos significativos em vários Projetos/Atividades<sup>2</sup>, tanto do TRF da 3ª. Região, quanto em toda a Justiça Federal<sup>3</sup>.

As informações orçamentárias a seguir, foram extraídas da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Prodasen – Senado, a partir do SIAFI/STN – Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

As comparações foram realizadas considerando a projeção dos gastos que deveriam ser efetuados até a data – 04 de agosto, ou seja, de 216 dias transcorridos do ano, que corresponde a **59,18%**, denominado neste texto de **percentual “ideal”**.

Embora nas tabelas anexas existam informações também relativas aos gastos de pessoal e encargos sociais – Pagamento de Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas e da Contribuição da União à Previdência dos Servidores, estes, por sua alta complexidade, serão analisados em outro Estudo.

## TRF 3ª REGIÃO

Não havia nenhum montante executado valor para a Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "B".

---

<sup>1</sup> Anexo ao presente texto existe um conjunto de tabelas e gráficos, onde podem ser verificados mais detalhadamente os dados informados, a metodologia dos cálculos, as fontes, bem como outras observações importantes.

<sup>2</sup> O Orçamento pode ser analisado de diversas formas. Utilizou-se neste Estudo por Projeto/Atividade. Para facilitar o entendimento, pode-se genericamente empregar também o termo rubrica, para as partes do orçamento que estão sendo detalhadas.

<sup>3</sup> Neste texto quando há referência a JF, está sendo considerado todo o Órgão JF, que agrega os cinco TRF e mais a JF de 1º Grau.

Está autorizado um gasto para o ano de R\$ 10 milhões. Portanto, há um saldo de R\$ 5,9 milhões, relativo ao período da execução.

Para a Assistência Médica e Odontológica, havia sido liquidado até 04 de agosto, o montante de R\$ 3,5 milhões, e para o ano está autorizado um gasto de R\$ 8,4 milhões.

Assim, foram liquidados 41,77% do total do orçamento. Como o percentual ideal para a data era de 59,18%, havia um saldo de 17,41% nesse Projeto/Atividade.

Só para uma melhor noção, o percentual liquidado equivale, a um gasto médio mensal em torno de 6%, quando o ideal mensal gira em um pouco mais de 8%.

Portanto, o que não foi executado, corresponde mais de dois meses de orçamento.

O saldo de 17,41% equivale a R\$ 1,4 milhões, para a Assistência Médica e Odontológica.

A Assistência Pré-Escolar, sempre com dados até 04 de agosto, apresenta um saldo, também considerável de 14,49%, correspondente a R\$ 259 mil.

O Auxílio Transporte também está muito superavitário, com saldo de 21,16%, ou a R\$ 230 mil.

<i>Proj/Atividade (SEM Despesas de Pessoal)</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
<b>Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "B"</b>	10.000.000	-	0,00%	59,18%	59,18%	5.917.808
<b>Assistência Médica e Odontológica</b>	8.414.679	3.514.918	41,77%	59,18%	17,41%	1.464.728
<b>Assistência Pré-Escolar</b>	1.790.712	800.238	44,69%	59,18%	14,49%	259.471
<b>Auxílio-Transporte</b>	1.088.780	413.978	38,02%	59,18%	21,16%	230.341
<b>Auxílio-Alimentação</b>	16.085.760	9.023.480	56,10%	59,18%	3,08%	495.764
<b>Reforma do Edifício-Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP</b>	7.300.000	-	0,00%	59,18%	59,18%	4.320.000
<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	55.235.305	20.271.881	36,70%	59,18%	22,48%	12.415.313
<b>Construção do Polo Administrativo Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em Ribeirão Preto - SP</b>	500.000	-	0,00%	59,18%	59,18%	295.890
<b>TOTAL</b>	100.415.236	34.024.495	33,88%	59,18%	25,29%	25.399.316

Já o Auxílio Alimentação, tem um saldo menor, de 3,08% ou R\$ 495 mil.

As despesas com a Reforma do Edifício-Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP, com também nenhum montante foi executado, apresentam um saldo, enorme, de 59,18%, ou de R\$ 4,3 milhões.

Para o Julgamento de Causas na Justiça Federal, que engloba boa parte das despesas administrativas do Tribunal, está com saldo ainda mais expressivo, de 36,70% ou o equivalente a R\$ 12,4 milhões.

Para a Construção do Polo Administrativo Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em Ribeirão Preto - SP que tem orçamento de R\$ 500 mil, nenhum valor foi liquidado, havendo assim um saldo relativo ao período de R\$ 295 mil.

No total do orçamento analisado, relativo a TODO ORÇAMENTO, menos as despesas de pessoal e encargos, de um valor autorizado de R\$ 110,4 milhões, foi liquidado apenas R\$ 34,0 milhões, ou 33,88%.

Como percentual “ideal” é de 59,18%, há um saldo de 25,29%, no conjunto, que corresponde a R\$ 25,3 milhões.

Este ano, houve uma alteração na LOA – Lei Orçamentária Anual, que prejudica em muitos os servidores.

Até o ano passado, havia uma ampla possibilidade de remanejamento no orçamento. Assim as sobras da maior parte do orçamento poderiam ser remanejadas, por exemplo, para suprir os déficits, ou mesmo reforçar as dotações com os Benefícios sociais – Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação.

Como pode ser verificado acima, caso a LOA não fosse alterada, o expressivo saldo encontrado, poderia ser utilizado para a melhoria dos benefícios sociais.

E, foi justamente essa situação que a LOA está bloqueando.

Este ano, só há duas possibilidades, previstas.

A primeira hipótese, movimentando o orçamento entre as próprias rubricas relativas aos Benefícios Sociais, tanto do Tribunal, quanto do Órgão orçamentário, no caso toda a Justiça do Trabalho.

A segunda, transferindo do Projeto/Atividade denominado de Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes, que é executado a partir do Ministério do Planejamento.

Razão pela qual, neste Estudo esses temas serão analisados mais à frente.

Especificamente no TRF, para o conjunto dos Benefícios Sociais, está Autorizado um gasto de R\$ 27,3 milhões, e foi liquidado R\$ 13,7 milhões, ou 50,23%.

Existe um saldo de 8,95% equivalentes a R\$ 2,45 milhões.

<i>Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
<b>BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>	27.379.931	13.752.614	50,23%	59,18%	8,95%	2.450.304

## JUSTIÇA FEDERAL

Em virtude do grande número de Projetos/Atividade existentes no Órgão orçamentário Justiça Federal – JF, as despesas foram agrupadas por GND – Grupo de Natureza de Despesas.

O GND denominado de Outras Despesas Correntes, que englobam basicamente as despesas administrativas e os benefícios sociais, tem dotação autorizada de R\$ 1,477 bilhões.

Tendo sido liquidados, R\$ 663,3 milhões, ou 44,89%. Desta forma há um saldo de 14,29% que corresponde a R\$ 211,1 milhões.

Os investimentos, em síntese com dotações previstas para construções em geral, e despesas administrativas relativas a investimentos, tem orçamento autorizado de R\$ 310,7 milhões.

E, foi liquidado até 04 de agosto, módicos R\$ 14,5 milhões, ou 4,6%.

Apresentando, portanto, um enorme saldo de 54,51%, correspondente a R\$ 169,3 milhões.

<i>GND (SEM Despesas de Pessoal)</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	1.477.720.358	663.374.217	<b>44,89%</b>	<b>59,18%</b>	<b>14,29%</b>	<b>211.112.351</b>
<b>Investimentos</b>	310.735.058	14.519.514	<b>4,67%</b>	<b>59,18%</b>	<b>54,51%</b>	<b>169.367.534</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	10.200.000	186.678	<b>1,83%</b>	<b>59,18%</b>	<b>57,35%</b>	<b>5.849.486</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.798.655.416</b>	<b>678.080.409</b>	<b>37,70%</b>	<b>59,18%</b>	<b>21,48%</b>	<b>386.329.371</b>

As inversões financeiras, ou genericamente as despesas com aquisições de imóveis, tem orçamento autorizado para o ano de R\$ 10,2 milhões, tendo sido liquidados irrisórios R\$ 186 mil, ou 1,83%.

Assim, tem um enorme saldo de 57,35% ou R\$ 5,8 milhões.

No total nas despesas da JF, sem as relativas à pessoal e encargos sociais, há um orçamento para o ano de R\$ 1,798 bilhões, e foram liquidados R\$ 678,0 milhões, 37,70%, com saldo de 21,48%, ou de R\$ 386,3 milhões.

Assim, há uma grande margem no orçamento, o que coloca a necessidade de aceleração urgente dos gastos, para que não haja perdas orçamentárias, pela sua não execução.

Quanto aos benefícios sociais, há saldo na Assistência Médica de R\$ 17,6 milhões.

Para a Assistência Pré-Escolar, e o Auxílio Transporte, a execução também apresenta saldos, respectivamente em R\$ 5,9 milhões, e, de R\$ 327 mil.

Já o Auxílio Alimentação apresenta um déficit mínimo de 0,13%, ou menos 303 mil.

<i>Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
<b>Assistência Médica e Odontológica</b>	124.073.748	55.752.209	<b>44,93%</b>	<b>59,18%</b>	<b>14,24%</b>	<b>17.672.256</b>
<b>Assistência Pré-Escolar</b>	41.940.360	18.862.565	<b>44,97%</b>	<b>59,18%</b>	<b>14,20%</b>	<b>5.956.936</b>
<b>Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</b>	6.794.139	3.693.015	<b>54,36%</b>	<b>59,18%</b>	<b>4,82%</b>	<b>327.626</b>
<b>Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</b>	240.357.720	142.542.896	<b>59,30%</b>	<b>59,18%</b>	<b>-0,13%</b>	<b>- 303.807</b>
<b>TOTAL</b>	<b>413.165.967</b>	<b>220.850.685</b>	<b>53,45%</b>	<b>59,18%</b>	<b>5,72%</b>	<b>23.653.011</b>

De conjunto, para os quatro benefícios, há um saldo de 5,72% ou de R\$ 23,6 milhões.

Voltando a questão da limitação de remanejamento previsto na LOA de 2013, caso não existisse esse dispositivo, o enorme saldo nos GND, poderia possibilitar um bom aumento nas dotações dos benefícios sociais.

## Orçamento com Concessão de Benefícios do MP

Quanto à rubrica para concessão de benefícios existente no Ministério do Planejamento, até 04 de agosto, havia o autorizado, de R\$ 226,5 milhões. Porém nenhum valor desse montante havia sido executado.

Dessa maneira, havia um saldo, relativo ao período de R\$ 134,0 milhões.

COMPARATIVO ENTRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA LIQUIDADADA E O PERCENTUAL "IDEAL"						
Projeto/Atividade	Autorizado	Liquidado	% Liquidado	% Ideal	Diferença %	Diferença em R\$
Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	226.528.973	-	0,00%	59,18%	59,18%	134.055.502

Todavia, como a rigor não deveria haver uma execução no próprio Projetado/Atividade, mas o remanejamento dos montantes para os diversos Órgãos da União, assim foi analisada também a situação com os remanejamentos já realizados.

A dotação inicial, oriunda da LOA era de R\$ 417,7 milhões, sendo remanejado para os outros Órgãos um total de R\$ 191,1 milhões.

Se considerados os remanejamentos como execução do orçamento, neste caso específico, temos que ainda assim, haveria um saldo de R\$ 56,0 milhões.

COMPARATIVO ENTRE DOTAÇÃO INICIAL E REMANEJADO COM O PERCENTUAL "IDEAL"						
Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Remanejado	% Remanejado	% Ideal	Diferença %	Diferença em R\$
Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	417.719.166	(191.190.193)	-45,77%	59,18%	13,41%	56.007.998

Se haveria dificuldades de remanejamento para reforço das dotações dos benefícios sociais nos próprios orçamentos do TRT ou da JT, particularmente para a Assistência Médica e Odontológica, que ultimamente tantos transtornos vêm causando aos servidores, não é o caso para a transferência dos recursos existentes neste projeto/atividade.

Até porque o Poder Judiciário Federal, praticamente ainda não foi contemplado com créditos suplementares vindos desta rubrica do MP.

São Paulo, 16 de Agosto de 2013.

Washington Luiz Moura Lima

Assessor Econômico